

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : ESP

CLASS. : 71

DATA : 05 09 87

PG. : 2



Índio de gravata

Da tribuna da Constituinte, o presidente da União das Nações Indígenas, Ailton Krenak, falava da emenda popular em favor dos índios. Sem interromper o discurso, tirou do bolso uma latinha de tinta preta de genipapo, e co-

meçou a pintar o rosto. Era, segundo ele, uma manifestação de protesto e indignação contra "as agressões e insinuações" que estão sendo feitas contra os índios. Pintado, mas de gravata, foi aplaudido.

Para Brossard, o Cimi será responsabilizado

**PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO**

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, revelou ontem, em Porto Alegre, que estão sendo feitos estudos para responsabilizar o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) pelo patrocínio do projeto de emenda constitucional que retira do Brasil a soberania sobre as áreas onde vivem índios. Embora sem antecipar o teor dos estudos e seus possíveis desdobramentos, o ministro assegurou não ser possível que "uma entidade, tenha o tipo que tiver, tente desagregar o Brasil. E esta é a finalidade desta entidade (Cimi), pelo menos no que tange ao projeto de emenda apresentado à Constituinte, que é

um projeto de desagregação e divisão do Brasil".

Brossard classificou como "profundamente antinacional" a sugestão do Cimi de que o Brasil se declare uma república plurinacional, ressaltando que isso "importaria em revogar quase cinco séculos de civilização, de História e de cultura". Como se não bastasse, prosseguiu o ministro, o projeto de emenda do Cimi "ainda declara explicitamente que as nações indígenas seriam nacionalidades autônomas e distintas da nacionalidade brasileira, acrescenta que as nações indígenas seriam declaradas como pessoas jurídicas de direito público interno, e, por fim, preconiza que as riquezas minerais do subsolo não poderiam ser exploradas, a não ser pelas nações indígenas".